

A RESISTÊNCIA COMO PRÁXIS DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS E ECOLÓGICOS

Lairton Tres*

Resumo

Entre os movimentos sociais populares existentes destaca-se o movimento ambientalista que apresenta em seus grupos vertentes um pouco diferenciadas, mas que, em comum, desenvolvem sua luta a favor da natureza, incluindo não só a ecologia, mas também, a natureza humana. Na incessante manifestação para garantir a qualidade de vida a todos os seres vivos constroem sua práxis no esforço diário em defesa da vida. Alguns de forma radical, outros mais pacíficos, procuram ser mediadores de um processo de transformação social que visa formar de maneira digna os cidadãos do mundo. Nesta perspectiva constituem a racionalidade ambiental, como processo político re-orientador de tendências capaz de constituir uma nova forma de organização produtiva da sociedade, permitindo a sua sustentabilidade. Os movimentos ambientalistas na sua práxis de resistência carregam a militância como bandeira visando incorporar seus princípios na ciência social contra as normas do modelo positivista da ciência e contra a racionalidade instrumental que prevalece nas relações que se mantêm na nossa sociedade, que fere os direitos da natureza prejudicando assim, além de todos os seres vivos, a própria humanidade. Este trabalho quer trazer um pouco da história dos movimentos ambientalistas, resgata o papel deste tipo de movimento social de acordo com suas vertentes. Também nos remete a uma reflexão quanto à racionalidade ambiental e a práxis de resistência incorporada pelos ambientalistas.

Palavras-chave: movimento ambientalista, movimento ecologista, natureza, práxis e resistência.

Abstract: THE RESISTANCE AS PRÁXIS OF THE MOVEMENTS AMBIENTALISTAS AND ECOLOGICAL

Among the popular social movements existent stands out the environmentalist movement that presents in your groups slopes a little differentiated, but that, in common, they develop your fight in favor of the nature, including not only the ecology, but also, the human nature. In the incessant manifestation to guarantee the life quality to all be them alive they build your práxis in the daily effort in defense of the life. Some in way radical, other more peaceful, try to be mediators of a process of social transformation that seeks to form in a worthy way the citizens of the world. In this perspective they constitute the environmental rationality, as process political re-advisor of tendencies capable to constitute a new form of productive organization of the society, allowing your sustainability. The environmentalist movements in your resistance práxis carry the militancy as flag seeking to incorporate your beginnings in the social sciences against the norms of the positive model of the science and against the instrumental rationality that prevails in the relationships that stays in our society, that hurts the rights of the nature harming like this, besides all being alive, the own humanity. This work wants to bring a little of the history of the environmentalist movements, it rescues the paper of this type of social movement in agreement with your slopes. It also sends us the a reflection with relationship to the environmental rationality and the práxis of incorporate resistance for the environmentalists.

Key words: movement ambientalista, environmentalist movement, nature, práxis and resistance.

* lairtontres@bol.com.br. Aluno do Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo. Graduado em Química e Especialista em Engenharia Ambiental. Professor de Química.

Introdução

Ao longo de um processo de desenvolvimento histórico percebemos a relação entre a humanidade e a natureza. Os homens para se tornarem cidadãos do mundo precisaram lutar por seu espaço. Diante disso construíram e desenvolveram sua práxis¹ que foi sendo aperfeiçoada com o passar dos tempos através da interação com a natureza.

Com a aquisição de conhecimentos que foram se acumulando com o passar das gerações a humanidade foi constituindo a sua cidadania. Neste processo, trava uma grande luta pela sobrevivência, a qual muitas vezes é desigual pelas diferenças estabelecidas entre os que detêm o poder e os que se tornaram empobrecidos ao longo do desenvolvimento histórico do mundo. Tornar-se cidadãos deste mundo para muitos é sinônimo de luta diária e de resistência contra uma sociedade excludente estabelecida.

A natureza neste processo é transformada em objeto de exploração e de produção e se torna a principal vítima deste sistema, sendo que nela se inclui o próprio homem, que, por sua vez, acaba recebendo as conseqüências dos seus próprios atos.

Constituir uma práxis para a libertação da humanidade e da natureza é um processo de luta constante, sendo que um grande desafio é provocar a desacomodação dos sujeitos, vítimas desse processo, inserindo-os na luta pela libertação. Porém, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (FREIRE, 2003, p. 52). Neste espírito de luta e resistência, em comunhão, se encontram fundamentados os movimentos sociais populares que objetivam através de sua práxis a constituição de uma sociedade justa e fraterna, onde todos possam sentir-se verdadeiramente cidadãos. Na sua militância, muitas vezes em desacordo com a ciência, ou então, lutando pela ética na ciência, os movimentos sociais constituem a sua história de luta, de resistência, de denúncia e de defesa contra um sistema opressor que agride a humanidade, que agride a natureza.

É preciso ter claro também as concepções e diretrizes de cada movimento social, já que existem vários tipos. Os movimentos sociais de acordo com BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO apud QUINTAS

constituem tentativas fundamentadas num conjunto de valores comuns, destinados a definir as formas de ação social e influir nos seus resultados. São necessariamente ações grupais geradas na sociedade civil. Podem representar interesses populares (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que luta pela reforma agrária, o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE que luta por melhores condições de vida da categoria;) como também podem representar interesses de grupos econômicos (o movimento de empresários para a diminuição de impostos, o movimento dos latifundiários contra a reforma agrária – UDR; e outros). (2002, p. 38).

Existem vários tipos de movimentos sociais, mas é preciso ter bem claro a filosofia que orienta as ações de cada movimento. Muitos nascem a partir de uma necessidade imediata e quando atingem seus objetivos encerram sua luta, como por exemplo, os cidadãos que reivindicam o direito de ter uma casa e que encerram sua manifestação após ter alcançado o seu objetivo. Muitos movimentos são de incessante luta pelos direitos da coletividade, que mesmo quando são contemplados com benefícios não se acomodam, mas continuam lutando pelo direito dos outros que ainda não o tiveram.

Este trabalho procura mostrar um pouco da história, da luta e das concepções dos movimentos ambientalistas e ecológicos, que se caracterizam como movimento social de manifestação contínua em defesa da natureza e dos seres humanos. Destacam-se por seus atos constantes em defesa da vida, num princípio de resistência contra a exploração desenfreada dos recursos naturais e contra um processo de dominação e de desumanização da humanidade. Será considerada a diversidade encontrada nesta área que possui, movimentos com denominações diferentes: o movimento ambientalista e o movimento ecológico. Ambos de princípios comuns, mas também será explorada as suas diferenças e, o fator que constitui a racionalidade ambiental.

¹ O conceito de práxis desenvolvido aqui se refere a Marx que toma como base as teses de Feuerbach. Define a práxis como atividade prático-crítica, isto é, como atividade humana perceptível em que se resolve o real concebido subjetivamente. Exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social. (BOBBIO et al, 1986, p. 987-988).

Contexto histórico

A modernidade marcada pelo processo da revolução industrial e do capitalismo tardio² instala uma nova racionalidade embasada no lucro e na instrumentalização da natureza e dos sujeitos, transformando-os em meros objetos de um sistema de produção. Institui um projeto de dominação, destruição e exclusão social, que agride severamente a qualidade de vida.

Neste contexto, em 1960, surgem no plano político mundial diversos movimentos sociais questionando a ordem sócio-política e cultural instituída. Dentre estes, surgem os movimentos ambientais e ecológicos, que tem suas raízes histórico-culturais, com o objetivo de questionar as condições de vida presente. Fato este que talvez nenhum dos outros movimentos sociais tenha levado em consideração. Para Gonçalves,

sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção de espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pelas construções de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do

poder, entre outras. Não há praticamente, setor do agir humano onde ocorram lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar. (1993, p. 12).

No Brasil, o movimento ecológico emergiu na década de 1970, num período de ditadura militar que se abatia de maneira cruel sobre diversos movimentos como o sindical e o estudantil. As fontes mais importantes da preocupação ecológica no Brasil se dão pelo Estado, interessado nos investimentos estrangeiros que só chegariam caso fossem adotadas medidas de preservação; pelo movimento social gaúcho e fluminense que já vinham defendendo teses ecologistas contra os agrotóxicos e preservação das águas no Rio Grande do Sul, liderado por José Lutzenberger, e a preservação das dunas no Rio de Janeiro; e também, pela contribuição dos exilados políticos que aqui chegaram em finais da década de 70. (Ibid., p. 16).

Historicamente a degradação ambiental no Brasil foi se consolidando, principalmente por causa do discurso de Tecócratas brasileiros que na década de 70 ao participarem de seminários e colóquios internacionais, abriam as portas do país para as indústrias de potencial poluidor, justificando querer acabar com a miséria, a qual seria a principal poluição. Com isso tentam atrair capitais estrangeiros para o país. O país fica desacreditado internacionalmente ao adotar essa política.

Dessa forma a natureza fica reduzida a uma coleção de matérias-primas e o homem a um mero fator de produção, formalizando a sociedade capitalista de produção e de consumo. Entre os fatores principais destaca-se a escravidão do negro que serviu de mão-de-obra explorada para as plantações monocultoras, a devastação crescente da Amazônia expulsando a ferro e fogo milhares de caboclos e posseiros, agredindo e extinguindo as comunidades indígenas. "Se o elemento humano foi depredado e triturado desta forma, o que não dizer do ambiente natural, considerado um bem abundante e barato!" (MINC, 1985, p. 21). Também a interferência do homem nas cadeias alimentares eliminando espécies de animais e vegetais pelo uso de produtos químicos, substâncias tóxicas e metais pesados; o desmatamento das margens dos rios, a poluição das águas e do ar e o desgaste e empobrecimento do solo foi se intensificando com o avançar do tempo.

² A expressão *capitalismo tardio* é utilizada por Adorno e Horkheimer em detrimento da expressão sociedade industrial, ao tratar das profundas mudanças econômicas e sociais ocorridas nos países capitalistas centrais, indenticados como Welfare State. No contexto da Sociedade do Bem-Estar, eles colocam em dúvida a possibilidade da construção de uma sociedade cuja meta seja a emancipação dos indivíduos. Para Adorno nesta nova fase do capitalismo, diferente do período da Revolução Industrial, a dominação ocorre de forma anônima, tornando real a fórmula nietzschiana: "nenhum pastor e nenhum rebanho". Também afirma que "a falta de liberdade, a dependência em relação a um instrumento que escapa à consciência daqueles que o utilizam, estende-se universalmente sobre os homens. A falta de maturidade das massas é apenas o reflexo de que os homens continuam não sendo senhores autônomos de sua vida; tal como no mito sua vida lhes ocorre como destino". A dominação atinge o espírito e a opinião pública: a luta de classes e os conflitos sociais aparecem neutralizados e os sujeitos estão cada vez mais integrados, confirmando assim, a existência de uma sociedade administrada. Nessa sociedade há o predomínio da indústria cultural e da técnica, que dominam todas as dimensões da vida e dirigem as necessidades dos indivíduos conforme as exigências do mercado. O que se verifica é a preponderância das relações de produção sobre as forças produtivas. (SILVA, 2001, p. 23).

A escravidão, o massacre dos povos indígenas, dos caboclos a devastação da biodiversidade são formas bárbaras de dominação que ocorreram no passado, mas que ainda se manifestam nos dias de hoje. Isso ocorre através do abuso dos trabalhadores, operários e camponeses, na pobreza e fome crescente da população, na poluição industrial e urbana, que, diante de um processo de exploração dos opressores para com os oprimidos, acaba com as condições de vida necessárias à sobrevivência da humanidade e da natureza.

Algumas vertentes do movimento ambientalista cumprem o papel de denunciar as barbáries ocorridas com a natureza e com a humanidade. Em defesa de uma melhor qualidade de vida lançam-se a uma batalha constante, na luta pelos direitos da natureza. Assim, se transformam em militantes em favor do bem coletivo e da maioria sem vez e sem voz. Querem libertar os sujeitos do processo de dominação imposta, promovendo as liberdades. Porém, para outros grupos a proteção da natureza se dá somente por uma visão antropocêntrica de proteção, não pelo valor intrínseco da natureza, mas pelo fato de torná-la cada vez mais útil ao homem, como uma fonte de recursos e de oferta de produtos e serviços.

O papel dos movimentos ambientalistas e ecológicos

Os movimentos sociais populares caracterizam-se pela incessante luta de classe, de buscar conquistas para o povo, pela solidariedade e a comunhão com o próximo. Vários são os movimentos sociais que se apresentam: são os operários, os camponeses, os indígenas, as mulheres, os negros, os homossexuais, os jovens, etc. que se organizam e lutam. Todos partem de determinadas condições sociais de existência que lhes dão substância. Porém, os grupos que constituem o movimento ambientalista, não possuem um corpo ecológico enquanto condição social, como nos outros movimentos. São mais difusos, não apreensíveis do mesmo modo que os demais corpos que se movimentam social e politicamente. Eles propõem um outro modo de vida, uma outra cultura, chocam-se com valores consagrados pela tradição e que perpetuam os problemas que deveriam ser superados. É por este caráter difuso, que apontam para outra cultura que caracteriza o movimento ambientalista envolvido com questões das mais diversas. (Cf. GON-

ÇALVES, 1993, p. 18-21). Isso identifica estes movimentos na sua práxis³ de resistência e de luta política.

[...] a problemática ecológica implica outras questões extremamente complexas. Implica outros valores, o que por si só coloca questões de ordem cultural, filosófica e política. Implica um outro conceito de natureza e, conseqüentemente, outras formas de relacionamento entre os seres vivos; com o mundo inorgânico; enfim, dos homens entre si. (Ibid., p. 22).

Para Minc, é função principal do movimento ambientalista “manter a participação popular no controle e vigilância permanente sobre o nosso tesouro vivo, que é a natureza, nosso patrimônio ambiental que vem sendo dilapidado por interesses econômicos de curto prazo, que contam com a cumplicidade governamental”. (1985, p. 65). É preciso vigiar e denunciar as ações que são desenvolvidas e que destroem a natureza. É necessário conscientizar as pessoas de que são necessárias mudanças de atitudes e comportamentos, a fim de mantermos a continuidade da natureza. Os governos mais do que nunca precisam ter ações favoráveis à natureza e não serem cúmplices do descaso e da exploração. Além disso, precisamos “lutar pela criação de novas zonas de reservas ecológicas, pelo aumento da fiscalização, e por programas de controles que envolvem as comunidades locais – a única vigilância efetiva é a da população consciente”. (Ibid., p. 71). Cada um precisa desenvolver seu senso crítico, conquistar a sua autonomia, lutar e se comprometer com a natureza. Ela depende das ações de cada um de nós, e nesse contexto, pequenas ações podem representar muito para a diversidade ambiental.

As estratégias de luta dos movimentos ambientalistas propõem uma ruptura com as formas tradicionais de organização e com os canais de intermediação política. Isso permite abrir novos espaços para o confronto e a negociação, relacionados com os conflitos e tomadas de decisões relativa à apropriação da natureza e à participação social na gestão ambiental.

³ A práxis, enquanto formulação de Marx, supera a dicotomia clássica ocidental entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, entre trabalho intelectual e braçal, pois pressupõe a reflexão e a ação como dois momentos necessários do agir humano. Essa concepção implica necessariamente o não dogmatismo. (GONÇALVES, 1993, p. 55).

Emergem como transmissores de mudanças sociais, como resposta da sociedade a crescente deterioração ambiental. Estão associados com as condições de produção e de satisfação das necessidades básicas da população. Isso os garante uma perspectiva social e política global, apesar da heterogeneidade dos diferentes grupos ambientalistas, suas perspectivas sociais, estratégias políticas e práticas concretas de ação. Leff aponta uma síntese dos princípios organizadores dos movimentos ambientalistas. Dentre as quais destaca:

Maior participação nos assuntos políticos e econômicos, particularmente na auto-gestão dos recursos ambientais. Inserção nos movimentos pela democratização do poder político e da descentralização econômica. Defesa de seus recursos e seu ambiente, para além das formas tradicionais de luta por terra, emprego e salário. Busca de novos estilos de vida e padrões de consumo afastados dos modelos urbanos e multinacionais. Busca de sua eficácia por meio de novas formas de organização e luta, longe dos sistemas institucionalizados e corporativistas do poder político. Organização em torno de valores qualitativos (qualidade de vida) por cima dos benefícios que podem derivar da oferta do mercado e do Estado de Bem-Estar. Crítica à racionalidade econômica fundada na lógica do mercado, da maximização do lucro, da eficiência e produtividade tecnológica e dos aparelhos associados de controle econômico e ideológico. (2000, p. 152).

Desse modo, percebe-se que muitos dos movimentos ambientalistas encontram-se centrados na crítica permanente da sociedade capitalista de produção, que reduz a natureza a mero objeto de produção. Procuram despertar o interesse dos indivíduos para lutarem pela transformação social, por tudo aquilo que deve ser de direito de todos, por melhores condições de vida e pelo princípio da igualdade coletiva. Todos merecem ter as mesmas condições sociais, ter o alimento de cada dia, ser valorizados como seres vivos e não ser tratado como escravos. Todos os seres vivos merecem ter condições de vida e precisam ter garantido a sua qualidade de vida.

As vertentes ambientalistas e as concepções que diferenciam o movimento ecologista do movimento ambientalista

A divergência entre movimentos ecologistas e movimentos ambientalistas nos parecem a princípio simples confusão de nomenclatura. Porém, analisando melhor percebe-se que existem concepções diferenciadas envolvidas em cada um. Nesta diversidade de concepções verifica-se que há um antagonismo entre economia e ecologia. Há um embate entre forças desenvolvimentistas e forças sustentabilistas, mas é preciso reconhecer a riqueza interna do que se intitulou convencionar pensamento ambientalista no singular, apesar da pluralidade das concepções envolvidas. Para Layrargues,

o ambientalismo é um fenômeno social que se conjuga no plural, porque ele engloba múltiplas visões sobre a crise ambiental; múltiplas interpretações sobre as causas das questões ambientais; múltiplas percepções do relacionamento do humano com a natureza; múltiplos interesses pela preservação da natureza; múltiplas representações dos conceitos analíticos que preenchem cognitivamente tais fontes de interpretação, a exemplo de natureza, meio ambiente, problema ambiental, conflito sócio-ambiental, entre outros. (apud ZAKRZEWSKI, 2002, p. 128).

De acordo com estas posições é comum se falar em movimentos ambientalistas, por causa da multiplicidade de organizações envolvidas com as questões relacionadas à natureza. No entanto, muitos afirmam existir um único movimento ambientalista, o qual se subdivide em uma grande diversidade de grupos ambientalistas. Há controvérsias diante desta visão e por isso, a pluralidade foi considerada no decorrer deste trabalho, por acreditar ser quase que impossível de se caracterizar todos os grupos ambientalistas em um único movimento.

Na opinião de Layrargues (Ibid., p. 129-134), há uma multiplicidade de visões e interesses que perpassam o movimento ambientalista, para muito além de uma oposição entre forças sustentabilistas e forças desenvolvimentistas. A idéia de ambientalismo pode ser retratada atra-

vés de diferentes formas, entre as quais destaca: 1- Ambientalismo como ideologia filosófica numa dicotomia entre antropocentrismo e ecocentrismo; 2- Ambientalismo como ideologia política que se refere à perspectiva de internalização da variável ecológica na lógica dos sistemas político-ideológicos vigentes denominados de eco-capitalismo, eco-socialismo, eco-anarquismo e eco-autoritarismo; 3- Ambientalismo como leis da evolução da genética ecológica – individualista, comunitária, individualista biocêntrica e de orientação comunitária entre ser humano e natureza. 4-Ambientalismo conforme percepções e propostas de enfrentamento da crise ambiental; 5- Ambientalismo como atitude política frente à crise ambiental; 6- Ambientalismo como práticas de luta nas dimensões da sustentabilidade ecológica e social.

Estas diferentes classificações citadas guardam inúmeras similaridades entre si e possibilidades de articulação transversal. Provêm muitas vezes, de conflitos, atritos e divisões de opiniões, tornando-se maleáveis a cada contexto sócio-histórico com que se deparam. Fazem parte das mais diversas tipologias que caracterizam a idéia de que os verdes são formados por diversos tons de verde. Estas concepções carregam consigo diferentes modos de ver a relação entre ser-humano e natureza. Algumas priorizam por demasia o humano, outras priorizam a natureza não humana, assim como, algumas procuram o meio termo desta relação.

Destas concepções, se quer chamar a atenção para a idéia do socioambientalismo apontada na última vertente apresentada por Layrargues. Nesta, há um entendimento de que as lutas ambiental e social devem ser complementares, ocorrendo de modo associado, por se tratarem de fenômenos articulados numa mesma causa, a opressão e a exploração capitalística dos recursos naturais, bem como dos humanos. (Ibid., p. 134). É preciso que através das ações desenvolvidas e através da práxis de resistência, sejam unidas as lutas ambientais com as lutas sociais, pois no meio ambiente existe uma intrínseca relação de dependência entre seres humanos e natureza não humana, ficando assim difícil de ser trabalhado estas dimensões em separado. Ambas correspondem à mesma natureza.

Em outra classificação mais generalizada Carvalho (apud Isaia, informação oral)⁴, subdi-

vide os movimentos ambientalistas em quatro vertentes classificando-as em:

a) *Antropocentrismo tecnocêntrico neoliberal*: trata-se do ambientalismo otimista e acomodado, que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. O ambiente é valorizado para o ser humano, considerando a geração contemporânea. Possui irrestrita confiança na tecnologia e nenhuma restrição aos consumidores ou mercados, pois, o progresso tecnológico asseguraria a ultrapassagem de qualquer barreira estabelecida por limites de suporte do ambiente.

b) *Antropocentrismo tecnocêntrico "verde"*: está voltado para a economia "verde", ou seja, direcionada às necessidades e não para o lucro, que não agrida o equilíbrio ambiental e que seja voltada para o bem comum em lugar do enriquecimento pessoal. Têm como principais características a sustentabilidade e a justiça social. Acreditam na necessidade de existência de limites a serem impostos pela negociação social, considerando o interesse das futuras gerações.

c) *Ecocentrismo comunalismo*: aceitam a hipótese Gaia (a Terra é Gaia, um ser vivo, e a espécie humana é apenas uma forma de vida dentre as demais); reconhecem o valor do ambiente como suporte à vida. Possuem o princípio da economia do estado estacionário: a escala de desenvolvimento não deve diminuir nem aumentar; aumento populacional zero; o *capital natural* deve ser mantido constante por ser insubstituível. Lutam pela imposição de padrões ambientais normativos para garantir a qualidade ambiental às gerações atuais e futuras. Os interesses da coletividade prevalecem sobre os indivíduos.

d) *Ecocentrismo ambientalismo radical*: baseia-se também na hipótese Gaia (sustentam que o efeito-estufa, a diminuição da camada de ozônio e as chuvas ácidas indicam que a humanidade já ultrapassou os li-

⁴ Classificação das principais vertentes dos movimentos ambientalistas, organizado por Carvalho apud Enise

M. B. Ito Isaia (informação oral) apresentada no curso de Educação Ambiental promovido pelo IBAMA e a Universidade de Passo Fundo em julho de 2004.

mites de sua sustentabilidade). A escala de desenvolvimento econômico deve ser reduzida, bem como a população: garantem que isto não levará à diminuição do desenvolvimento (entendido de forma mais ampla), pois as preferências sociais e valores comunitários aumentarão o *capital moral e cultural*. Lutam pela bioética: direitos morais conferidos a todas as espécies não-humanas, mesmo abióticas.

Estas vertentes ambientalistas estão muito presentes atualmente. Os movimentos ambientalistas passaram por diversas situações desde a sua origem até hoje. Carregam na história os primeiros movimentos ecologistas, os quais subiam em árvores para evitar o desmatamento e também os que formaram cordões humanos impedindo a instalação de indústrias poluidoras. Tudo isso foi essencial para se constituir o que se tem hoje e, talvez até, muitos erros do passado é que estão garantindo os acertos e os rumos a serem tomados no presente. Porém, o que se destaca sempre é a luta e a resistência contra um sistema opressor que agride a natureza e fere a integridade do ser humano.

É importante ressaltar que a vertente do antropocentrismo tecnocêntrico “verde” apesar de dar a impressão que considera somente o homem como figura central, tem se destacado por ser um movimento que envolve tanto a ecologia, quanto à humanidade como parte integrante da natureza. Ao se falar em economia “verde” percebe-se que a tecnologia e o homem não são o centro de si mesmos, de um sistema que só visa o lucro, mas sim, que relaciona o homem e a técnica à natureza, no sentido de buscar a sustentabilidade para ambos. A economia está voltada somente para as necessidades e não para o lucro. Não podemos nos ater num radicalismo de considerar somente o ecológico e regressar ao passado mantendo a natureza intacta, mas também não apostar que a ciência será capaz de resolver todos os problemas e, por isso, o homem, pode fazer o que bem quiser. É preciso entender que a humanidade em seu processo de desenvolvimento foi interferindo na natureza, dependendo dela para sobreviver, mas causando sérios prejuízos e danos irreparáveis. O movimento antropocentrismo tecnocêntrico “verde” não exclui o homem, mas o considera como parte da natureza responsável pela sustentabilidade do planeta e pela justiça social. Acredita que com a tomada de consciência a humanidade em conjunto po-

derá resolver seus problemas e garantir a sustentabilidade sua e da natureza. Tem como princípio o equilíbrio ambiental, garantindo assim o respeito e a preservação da biodiversidade que compõe a teia da vida.

Apesar do esclarecimento das diferentes vertentes ambientalistas, ainda permanece em questão as denominações de movimentos ecologistas ou movimentos ambientalistas. Qual seria a denominação correta?

Todo o trabalho que venha em favor da natureza pode ser visto como uma atitude positiva, independentemente de sua denominação. Mas, dependendo da forma de como for feito, se não envolver a crítica permanente destas ações para o planejamento de novas atividades, se não permitir a emancipação dos sujeitos, poderá mudar o sentido e comprometer um trabalho sério a ser desenvolvido em favor da natureza. É preciso ter claro que existem conceitos e concepções diferentes envolvidas, tanto no que se relaciona à educação ambiental quanto à educação ecológica, necessitando assim o esclarecimento.

De acordo com Leff,

no pensamento crítico a complexidade ambiental não se limita à compreensão da evolução natural da matéria e do homem até esse encontro com o mundo tecnificado. Esta história é produto da intervenção do pensamento no mundo. Somente assim é possível darmos o salto para fora do ecologismo naturalista e nos situarmos no ambientalismo como política do conhecimento, no campo do poder embutido no saber ambiental, num projeto de reconstrução social a partir do reconhecimento da outridade. (2001, p. 193).

Percebe-se que a educação ambiental se diferencia da educação ecológica, a qual se detém mais aos fatores ecológicos sem si mesmos. Não se quer desprezar isto, pelo contrário, os princípios ecológicos estão impregnados em toda esta discussão e devem ser inteiramente considerados. O que se quer dizer é que a educação ambiental é mais abrangente, pois, além de considerar os princípios ecológicos, está envolvida na crítica permanente da sociedade, transformando-se numa educação política que se torna instrumento de luta coletiva pelos direitos de cidadania, de bem-estar e de equilíbrio planetário baseado nos princípios da sustentabilidade. É por isso que, atualmente, para

se tratar das questões ambientais, está se difundindo mais a denominação de educação ambiental e de movimento ambientalista.

Considere neste trabalho as denominações ambientalismo e ecologismo pelo fato de que os movimentos ecológicos é que iniciaram o trabalho em defesa da natureza. É por isso que esta nomenclatura ainda está bastante presente em nosso meio. No entanto, muitas vezes, tem enraizado os conceitos que sustentam a educação ambiental de hoje, que, como foi esclarecido, amplifica ainda mais visando à crítica permanente e a transformação social. No entanto, temos que ser solidários diante das diferentes concepções dos grupos que se envolvem com a questão ambientalista / ecológica, não dando atenção especial à divergência das nomenclaturas, mas sim para o seu ponto de convergência: a defesa e o respeito pela natureza, seja ela humana ou não humana. Ressaltando que para isso é necessária uma postura de crítica permanente e que diante das mais diversas vertentes ambientalistas existentes, a educação ambiental precisa ser vista de forma pluralizada tendo que ser qualificada com precisão ao que o momento exige.

Racionalidade ambiental: militância ou ciência?

A educação ambiental vem no decorrer de sua recente existência construindo conceitos e saberes que estão constituindo a racionalidade ambiental. De acordo com o seu desenvolvimento muitos conceitos se transformaram em obstáculos epistemológicos que serviram para muitos se apropriarem por modismo, sem entender bem do que se tratava. O pior ainda foi quando usaram destes conceitos para atingir objetivos contrários ao que realmente deveria ser, para fins individuais, reforçando a dominação por interesses econômicos e capitalistas.

Ao longo de sua existência o ambientalismo caracterizou-se muito mais pela sua militância do que propriamente por uma ciência. Entre os seus movimentos emergentes permitiu surgir diversas vertentes que, de formas diferenciadas, procuram envolver o meio ambiente e a natureza como tema principal de lutas políticas.

No entanto, poderíamos nos perguntar: o que é mesmo que constitui a racionalidade ambiental? Em que bases está fundamentada esta racionalidade, que conceitos epistemológicos que a orientam? Que princípios ideológicos motivam os ambientalistas a seguirem a sua mili-

tância, ou será que poderíamos dizer, esta forma de ciência?

A construção de uma *racionalidade ambiental* é um processo político e social que passa pelo confronto e concerto de interesses opostos, pela reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de novos métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos. (LEFF, 2001, p. 112).

Embora a militância sempre transparece na luta constante dos ambientalistas, percebe-se que a racionalidade ambiental transpassa da luta militante para a própria ciência. É uma problemática extremamente social que visa melhorar a qualidade de vida da sociedade. Entretanto, segundo Leff, "as ciências sociais não transformaram seus conceitos, métodos e paradigmas teóricos para abordar as relações entre estes processos sociais e as mudanças ambientais emergentes". (Ibid., p.111). Não incorporam nas ciências sociais os valores e critérios que constituem a racionalidade ambiental e que são base desta ciência. "A conexão entre o social e o natural limitou-se ao propósito de internalizar normas ecológicas e tecnológicas às teorias e às políticas econômicas, deixando à margem a análise do conflito social e o terreno estratégico do político que atravessam o campo ambiental". (Ibid., p. 111).

A racionalidade ambiental trata de um novo paradigma a ser assumido pela ciência. Deve ser vista como ciência, pois, acumula saberes e busca resposta a problemas da ordem social. Por isso, encontra-se inerente à ciência social, além de estar vinculada à ecologia. Porém, no seu princípio de militância, está em permanente conflito com a ciência positivista que prevalece em nosso meio e que reflete os valores de uma racionalidade instrumental.

Nesse sentido a militância supera a ciência e na luta constante do dia-a-dia permite que os atores sociais, sujeitos, muitas vezes tratados como objetos, que compõe a massa explorada da população, lancem seus gritos, na defesa de seus direitos, em favor dos oprimidos, buscando uma vida digna e de qualidade. Faz perceber que a humanidade é apenas parte da natureza

e que, por isso, não tem o direito de destruí-la e deturpá-la em seu favor. Que os prejuízos causados ao meio ambiente reverterão imediatamente sobre si mesmos e, por isso, a necessidade de despertar a visão crítica sobre a realidade em que se encontram inseridos, com o propósito de transformá-la para melhor.

Para finalizar: a resistência como práxis.

O movimento ambientalista carrega desde a sua concepção a consciência crítica, solidária e de classe. Constituiu suas bases na prática, na luta cotidiana de resistência contra os interesses econômicos, elites dominantes, grandes empresários e governantes que reforçam políticas excludentes e monopolistas, que mantêm no lucro o seu principal objetivo, superando a vida, os fracos e oprimidos que não conseguem se defender, lutando contra a natureza que aparentemente não tem forças para se opor. Em sua missão de resistência constituem sua práxis fundamentada numa metodologia dialética de “ação-reflexão-ação” de “prática-teoria-prática” dos movimentos populares. Carregam consigo os princípios da educação popular o que para Hurtado

é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas, para alcançar o objetivo de constituir uma sociedade nova, de acordo com seus interesses. [...] é o confronto da prática sistematizada com elementos de interpretação e informação que permitam levar tal prática consciente a novos níveis de compreensão. É a teoria a partir da prática e não a teoria “sobre” a prática. (1992, p. 44).

Na sua forma de ação constituem movimentos comprometidos com a luta da classe, denunciadores dos atos que ferem a natureza em defesa das liberdades. Apóiam-se numa práxis de resistência assumindo conscientemente o papel histórico que cada indivíduo deveria exercer. Acabam sendo rotulados, muitas vezes, como atrasadores do progresso e como impedidores do desenvolvimento da ciência quando denunciam aquilo que não convém para os grandes interessados.

Na sua incessante militância consolidam suas forças quando conseguem ver garantidos os direitos sociais, o bem coletivo e a proteção da natureza. Criam conflitos, discussões e debates a respeito de atitudes e decisões impostas. Mas também, muitas vezes enfraquecem na sua manifestação contra o sistema opressor, precisando regenerar as suas forças e manter a resistência.

A construção da sociedade fraterna, justa e verdadeiramente humana dependerá de cada um de nós. A resistência e a práxis dos movimentos ambientalistas nos fornecem grandes lições para constituirmos a nossa militância rumo a edificação da cidadania. Ser militante em favor da vida, abraçando a solidariedade e a justiça, defendendo os interesses da coletividade, o bem-estar de todos e a dignidade da natureza. É preciso resgatar o humano entre os humanos, mas também o humano que se encontra na natureza. A ética planetária depende de seres que estejam conscientes que não são os donos do mundo, mas que desempenham papel fundamental para a transformação deste mundo. O equilíbrio planetário depende das ações de cada um, pois, na teia da vida, qualquer movimento em falso poderá comprometer toda a biosfera.

Cada vez mais se torna necessária a formação de novos cidadãos, de novos movimentos sociais, ambientalistas, ou de outras frentes de luta, capazes de questionar e criticar, mas também de formular propostas de ações que possam fundamentar valores de justiça social para todos. É necessário não somente o confronto com a ciência, mas buscá-la como aliada, através da ciência social, que deve incorporar valores e princípios ambientalistas a serem difundidos por toda ciência. O progresso da ciência precisa estar de acordo com o desenvolvimento da natureza, de forma a garantir a sua continuidade. Sabe-se que se não buscarmos a transformação, não encontraremos mais sustentação para o planeta em que vivemos. A racionalidade ambiental deve permear os campos do conhecimento, num processo de educação ambiental, instigando os valores que deverão ser assumidos pela sociedade, a fim de formar corretamente os cidadãos do mundo.

Em oposição ao modelo convencional de educação ambiental que somente primava pela preservação e a conservação da natureza, Layrargues propõe que a educação ambiental seja desenvolvida de acordo com a construção de espaços públicos participativos de negocia-

ção da gestão ambiental, num enfrentamento político dos conflitos socioambientais, investindo prioritariamente na estrutura e funcionamentos sociais. Isso deverá acontecer numa luta coletiva que tenha os princípios da educação popular, que considere a todos os sujeitos envolvidos, vítimas de injustiças e que se transforme numa educação política, onde a resistência seja uma oposição ao processo de dominação e alienação que procura envolver a toda a natureza. (apud ZAKRZEVSKI, 2002, p. 142).

Diante disso, torna-se necessário libertar os sujeitos do opressor que carregam em si mesmos, libertando o pensamento das amarras que possui, formando o senso crítico, o espírito da luta coletiva por seus direitos, criando resistência em si mesmos. A contribuição para este processo encontra-se na educação, principalmente se ela carregar consigo os princípios de uma educação popular e os valores da educação ambiental, pois, para constituir uma nova sociedade ética e moral para com os humanos e para com a natureza, toda educação deveria ser popular e toda educação deveria ser ambiental.

Referências bibliográficas

1. BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: EdUnB, 1986.
2. CARVALHO, S. H. *Do desenvolvimento (in)Suportável à sociedade feliz*. In Goldeberg, M. (org.) *Ecologia, ciência e política – Coletânea de Textos*. Rio de Janeiro, Revan, 1992.
3. FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
4. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.
5. HURTADO, Carlos Nuñez. *Educar para transformar e transformar para educar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
6. ISAIA, Enise M. B. Ito. (informação oral) Curso de Educação Ambiental promovido pelo IBAMA e a Universidade de Passo Fundo em julho de 2004.
7. LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela: revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2001.
8. MINC, Carlos. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
9. QUINTAS, José Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

10. SILVA, Divino José da. *Ética e educação para a sensibilidade em Max Horkheimer*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001. (Coleção Fronteiras da Educação).
11. ZAKRZEVSKI, Sônia et al (Org.). *Diversidade na educação ambiental: olhares e cores*. In: I Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental, II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, XIV Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Anais. Erechim: EdIFAPES, 2002. p. 127-144.

Recebido em 28/05/2005

Aceito para publicação em 05/08/2005